INTERFACES
REVISTA DE EXTENSÃO DA UFMG · V. 14, 2026, P.1-24
ISSN: 2318-2326 · HTTPS://PERIODICOS.UFMG.BR/INDEX.PHP/REVISTAINTERFACES
SUBMETIDO EM: 27/03/2026 · APROVADO EM: 15/06/2026

Plantão psicológico como dispositivo de curricularização da extensão: formação, território e cuidado no SUS

Psychological walk-in counseling as an extension curriculum integration device: education, territory, and care in the brazilian Unified Health System (SUS)

Jurema Barros Dantas
Universidade Federal do Ceará – UFC
juremabdantas@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4183-0022

RESUMO: Este artigo analisa o plantão psicológico como dispositivo de curricularização da extensão na formação em saúde, discutindo suas contribuições para a formação profissional e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo fundamentado na literatura sobre formação em saúde, extensão universitária, educação permanente e plantão psicológico, articulado à experiência do Plantão Psicológico da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolvido desde 2015 – ação extensionista que já realizou mais de 8.000 atendimentos psicológicos à comunidade e contou com a participação de aproximadamente 155 estudantes de Psicologia. Argumenta-se que o plantão psicológico, ao aproximar universidade, território e serviços de saúde, favorece processos formativos ancorados na escuta, na experiência e na atenção às demandas emergentes do cuidado. Os resultados da análise indicam que essa prática contribui para o desenvolvimento de competências éticas, clínicas e políticas alinhadas aos princípios do SUS, ao mesmo tempo em que evidencia desafios relacionados à continuidade do cuidado, à articulação com as redes de atenção e à sustentação institucional das ações extensionistas. Conclui-se que o plantão psicológico constitui estratégia relevante de curricularização da extensão, favorecendo a articulação entre formação, território e cuidado.

Palavras-chave: Formação em Saúde; Extensão Universitária; Plantão Psicológico; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT: This article analyzes psychological walk-in counseling as an extension-based educational device within health professional training, discussing its contributions to curricular extension and to the strengthening of the Brazilian Unified Health System (SUS). The study is a theoretical-reflective essay grounded in the literature on health education, university extension, permanent health education, and

This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/ or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA

psychological walk-in counseling, articulated with the experience of the Psychological Walk-In Counseling Program at the Federal University of Ceará (UFC), developed since 2015. Over its trajectory, the program has provided more than 8,000 psychological consultations to the community and involved approximately 155 psychology students in extension activities. The analysis highlights how psychological walk-in counseling promotes formative processes based on listening, experiential learning, and engagement with territorial and social health demands, fostering closer relationships between university, community, and health services. Furthermore, the study argues that this practice contributes to the development of ethical, clinical, and political competencies aligned with SUS principles, while also revealing challenges related to continuity of care, network articulation, and the institutional sustainability of extension initiatives. It is concluded that psychological walk-in counseling represents a relevant strategy for extension curricularization, promoting the integration of health education, territory, and care practices.

Keywords: Health Education; University Extension; Psychological Walk-In Counseling; Unified Health System.

Introdução

A curricularização da extensão tem produzido importantes deslocamentos nos processos formativos do ensino superior brasileiro ao reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e aproximar a formação acadêmica das demandas concretas da sociedade (Brasil, 2018; dos Reis *et al*., 2022; Frutuoso *et al*., 2023). Mais do que uma exigência normativa, a inserção da extensão nos currículos busca fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com os territórios, os serviços e as necessidades sociais, favorecendo aprendizagens construídas na relação entre universidade e comunidade (Santos, 2010; Costa, 2023; Ferreira-Novaes *et al*., 2025).

No campo da saúde, esse debate articula-se diretamente aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que demanda profissionais capazes de atuar de forma crítica, ética e comprometida com a integralidade do cuidado. Entretanto, persistem desafios relacionados à fragmentação curricular, ao distanciamento entre teoria e prática e à permanência de modelos formativos centrados na racionalidade técnico-instrumental, frequentemente insuficientes para responder à complexidade das demandas encontradas nos serviços e territórios (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Ayres, 2004; Franco & Merhy, 2013).

Nesse contexto, a extensão universitária tem sido reconhecida como espaço privilegiado de produção de aprendizagens situadas, ao possibilitar a inserção

dos estudantes em cenários reais de cuidado e em interlocução direta com a população, os serviços e as redes de atenção (Bondía, 2002; Silva Lisboa *et al*., 2022; Gomes *et al*., 2024). Entre as experiências extensionistas desenvolvidas na área da saúde mental, o plantão psicológico destaca-se por articular acolhimento, escuta e atenção às demandas emergentes, constituindo simultaneamente uma prática de cuidado e um espaço de formação. Ao colocar estudantes em contato com situações marcadas pela imprevisibilidade, pelo sofrimento psíquico e pela necessidade de articulação com a rede de atenção, essa modalidade favorece o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e políticas fundamentais para a atuação no SUS (Mahfoud, 2012; Silva & Castro, 2023).

Este estudo configura-se como um ensaio teórico-reflexivo construído a partir da articulação entre a literatura sobre formação em saúde, extensão universitária, educação permanente e plantão psicológico e a experiência do Plantão Psicológico da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolvido desde 2015 como ação permanente de extensão. Ao longo de sua trajetória, a iniciativa realizou mais de 8.000 atendimentos psicológicos à comunidade e contou com a participação de aproximadamente 155 estudantes de Psicologia. A experiência é tomada como analisadora dos processos de formação produzidos na interface entre extensão, cuidado e território.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o plantão psicológico como dispositivo de curricularização da extensão na formação em saúde, discutindo de que modo essa experiência contribui para a formação profissional, para a aproximação entre universidade e território e para o fortalecimento de práticas de cuidado alinhadas aos princípios do SUS.

Percurso metodológico

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo, construído a partir da articulação entre a literatura sobre formação em saúde, curricularização da extensão, educação permanente em saúde e plantão psicológico e a experiência do Plantão Psicológico da Universidade Federal do Ceará (UFC). Conforme assinala Meneghetti (2011), o ensaio teórico possibilita a produção de análises críticas e reflexivas sobre fenômenos complexos, favorecendo a construção de interpretações fundamentadas na interlocução entre teoria e experiência.

A experiência analisada refere-se ao Plantão Psicológico da UFC, ação permanente de extensão desenvolvida desde 2015 e vinculada à Clínica-Escola de Psicologia. Ao longo de sua trajetória, o projeto realizou mais de 8.000

atendimentos psicológicos à comunidade e contou com a participação de aproximadamente 155 estudantes de Psicologia em atividades de acolhimento, supervisão e articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A reflexão apresentada neste artigo foi construída a partir da análise da trajetória do projeto, das experiências acumuladas em sua coordenação, supervisão e acompanhamento discente, bem como da interlocução dessas vivências com a produção científica sobre formação em saúde, extensão universitária e atenção psicossocial. A experiência extensionista é tomada como analisadora dos processos de formação produzidos na interface entre universidade, território e cuidado, buscando compreender de que modo o plantão psicológico opera como dispositivo de curricularização da extensão na formação em saúde. Partindo dessa perspectiva, torna-se necessário compreender o contexto mais amplo em que se inscrevem as relações entre formação em saúde, extensão universitária e SUS, eixo que orienta a análise apresentada a seguir.

Extensão e formação em saúde no SUS

A formação em saúde no Brasil inscreve-se em um campo atravessado por disputas epistemológicas, políticas e institucionais, no qual o SUS se constitui não apenas como espaço de atuação profissional, mas como horizonte ético-político orientador dos modos de produzir cuidado e formar trabalhadores. Desde sua constituição, o SUS introduz uma inflexão na compreensão da saúde ao deslocá-la de uma perspectiva centrada na doença para uma abordagem que articula dimensões sociais, econômicas e culturais, exigindo a reconfiguração dos processos formativos (Brasil, 1990a; Brasil, 1990b; Paim *et al.*, 2011).

Nesse contexto, a formação em saúde é convocada a superar a centralidade da racionalidade biomédica, historicamente organizada em torno da especialização, da fragmentação do cuidado e da dissociação entre teoria e prática. Tal deslocamento implica reconhecer a complexidade dos processos saúde-doença e compreender o cuidado como prática relacional, atravessada por dimensões subjetivas, territoriais e políticas, demandando profissionais capazes de atuar de forma crítica, interdisciplinar e situada (Campos, 2000; Buss & Pellegrini Filho, 2007; Ayres, 2004; Dimenstein & Macedo, 2012). Nesse movimento, colocam-se em questão modelos formativos ainda marcados pela fragmentação curricular e pelo distanciamento das práticas concretas de cuidado (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Franco & Merhy, 2013).

Diversos estudos apontam que a formação em saúde permanece fortemente influenciada por modelos tradicionais, caracterizados por currículos

fragmentados, baixa integração entre teoria e prática e limitada inserção dos estudantes nos cenários reais do SUS (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Franco & Merhy, 2013; Aguiar *et al*., 2025). Essas limitações comprometem a construção de competências essenciais para o trabalho em saúde, como a atuação em equipe, a compreensão dos territórios e a capacidade de responder às demandas complexas da população (dos Reis *et al*., 2022; Barbosa *et al*., 2023).

É nesse cenário que a curricularização da extensão assume relevância estratégica. A Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao instituir a obrigatoriedade da extensão nos currículos de graduação, reforça a necessidade de aproximar universidade e sociedade por meio de práticas que articulem ensino, pesquisa e intervenção social (Brasil, 2018). Contudo, sua potência não reside apenas na ampliação da carga horária destinada à extensão, mas na possibilidade de inserir os estudantes em experiências concretas de produção do cuidado, favorecendo aprendizagens construídas na relação com serviços, comunidades e territórios (Frutuoso *et al*., 2023; Ferreira-Novaes *et al*., 2025).

A literatura recente destaca que a participação em atividades extensionistas favorece o desenvolvimento de competências clínicas, relacionais e éticas, bem como uma compreensão mais ampliada das dinâmicas do SUS (Gomes *et al*., 2024; Kawakami *et al*., 2024). Nessa perspectiva, a extensão tem sido reconhecida como componente estratégico da integração ensino-serviço-comunidade ao promover aproximações entre universidade, serviços e população e fortalecer práticas comprometidas com as necessidades sociais (Silva Lisboa *et al*., 2022; Araujo & Moreno, 2025).

A centralidade do território nesse debate decorre da compreensão de que o cuidado em saúde não se produz em abstrato, mas em contextos concretos marcados por relações sociais, modos de vida e desigualdades. A inserção extensionista possibilita aos estudantes o contato com essas realidades, favorecendo a construção de respostas mais sensíveis às necessidades da população e mais coerentes com os princípios da integralidade e da equidade que orientam o SUS (Buss & Pellegrini Filho, 2007; Paim *et al*., 2011; Silva *et al*., 2024).

Entretanto, a curricularização da extensão também enfrenta desafios. O risco de sua redução ao cumprimento formal de carga horária, aliado à fragilidade de articulações nem sempre sustentadas institucionalmente entre universidades e serviços, pode limitar seus efeitos sobre os processos formativos (Vendruscolo *et al*., 2020; Duarte *et al*., 2025). Do mesmo modo, estudos têm evidenciado que estudantes frequentemente relatam inseguranças diante da complexidade das situações encontradas nos serviços e territórios, indicando que a simples inserção em cenários de prática não garante,

por si só, aprendizagens significativas (Passos *et al*., 2025). Para que a experiência se converta em formação, são necessários dispositivos pedagógicos capazes de sustentar processos de reflexão, supervisão e elaboração crítica do vivido.

Essa discussão é particularmente relevante para experiências extensionistas desenvolvidas no campo da saúde mental. Diferentemente de práticas centradas na execução de procedimentos previamente definidos, a atenção ao sofrimento psíquico frequentemente coloca estudantes diante de situações marcadas pela imprevisibilidade, pela complexidade das trajetórias de vida e pela necessidade de articulação com diferentes dispositivos da rede de cuidado. Nessas circunstâncias, a formação ocorre não apenas pela aplicação de conhecimentos, mas também pelo desenvolvimento da capacidade de construir respostas situadas a partir do encontro com os usuários e seus contextos de vida.

É nesse horizonte que o Plantão Psicológico da UFC se torna uma experiência particularmente relevante para pensar a curricularização da extensão. Ao articular acolhimento, escuta, supervisão e inserção territorial, o projeto possibilita que estudantes participem de situações concretas de cuidado em saúde mental, construindo aprendizagens relacionadas à clínica, ao trabalho em rede e à atenção psicossocial. Mais do que ampliar cenários de prática, a experiência evidencia como a extensão pode constituir um espaço de formação em ato, produzindo conhecimentos e competências diretamente vinculados às demandas encontradas nos territórios e nos serviços.

Assim, analisar o plantão psicológico como prática extensionista permite compreender de forma mais concreta os modos pelos quais a curricularização da extensão pode contribuir para a formação em saúde. Ao aproximar estudantes das condições reais de produção do cuidado e favorecer processos de reflexão sobre a prática, experiências dessa natureza indicam que a extensão ultrapassa a condição de exigência normativa e passa a constituir um dispositivo formativo capaz de fortalecer a integração entre universidade, território e SUS.

Plantão psicológico como prática extensionista

A reflexão desenvolvida neste ensaio toma como referência a experiência do Plantão Psicológico da UFC, ação permanente de extensão universitária desenvolvida desde 2015 e vinculada à Clínica-Escola de Psicologia. Ao longo de sua trajetória, o projeto realizou mais de 8.000 atendimentos psicológicos à comunidade interna e externa à universidade e contou com a participação de

aproximadamente 155 estudantes de Psicologia. Além das atividades realizadas na universidade, a ação estabelece cooperação técnica com equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ampliando sua inserção territorial e fortalecendo a articulação entre universidade, serviços e comunidade.

A longevidade da experiência e a participação continuada de estudantes em diferentes contextos de cuidado conferem densidade à análise aqui desenvolvida. Mais do que uma atividade complementar de formação, o Plantão Psicológico da UFC consolidou-se como espaço permanente de encontro entre universidade e sociedade, permitindo que demandas sociais concretas ingressassem no cotidiano da formação acadêmica e se transformassem em objeto de reflexão, intervenção e produção de conhecimento.

Essa experiência permite compreender o plantão psicológico não apenas como modalidade clínica, mas como prática extensionista e dispositivo de curricularização da extensão. Sua especificidade reside na capacidade de articular, simultaneamente, cuidado em saúde mental, formação profissional e compromisso social, produzindo um espaço no qual ensino, extensão e reflexão crítica se realizam de forma integrada. Nesse sentido, o plantão ultrapassa a lógica da prestação de serviços à comunidade e passa a constituir um cenário privilegiado de aprendizagem situada, no qual os estudantes entram em contato com problemas concretos que atravessam os territórios e os serviços de saúde.

Enquanto modalidade clínica desenvolvida no contexto brasileiro, o plantão psicológico caracteriza-se pela disponibilidade para o encontro e pela escuta de demandas emergentes, diferenciando-se de modelos assistenciais estruturados exclusivamente em acompanhamentos continuados e previamente programados. Sua especificidade reside na construção de intervenções situadas, produzidas a partir da singularidade das demandas apresentadas e das condições concretas em que o cuidado se realiza (Mahfoud, 2012; Schmidt, 2015; Silva & Castro, 2023). Mais do que uma técnica específica, trata-se de uma forma de organização do cuidado que privilegia o acolhimento, a escuta e a construção compartilhada de sentidos.

Essa perspectiva aproxima o plantão psicológico das proposições da Reforma Psiquiátrica brasileira e da atenção psicossocial, ao valorizar práticas comprometidas com a autonomia dos sujeitos, o cuidado em liberdade e a superação de abordagens centradas exclusivamente na medicalização do sofrimento (Amarante, 2007; Yasui, 2010; Amarante & Nunes, 2018). Ao acolher o sofrimento em sua emergência, o plantão favorece intervenções que reconhecem a complexidade

das experiências humanas e ampliam as possibilidades de acesso ao cuidado em saúde mental.

No contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011, essa modalidade apresenta potencial para ampliar o acesso e qualificar processos de acolhimento, especialmente diante de demandas que nem sempre encontram resposta imediata nos fluxos tradicionais dos serviços (Brasil, 2011; Paim *et al*., 2011). Estudos apontam que o plantão psicológico tem sido utilizado em diferentes contextos institucionais, incluindo clínicas-escola, serviços públicos e espaços comunitários, evidenciando sua versatilidade e capacidade de responder a demandas contemporâneas em saúde mental (Oliveira *et al*., 2024; Naymayer Peres *et al*., 2025).

Ao mesmo tempo, o plantão psicológico dialoga com os pressupostos da clínica ampliada ao deslocar o foco da intervenção do controle sintomático para a compreensão da experiência vivida pelos sujeitos (Campos, 2000; Brasil, 2009; Roque *et al*., 2021). Nessa direção, contribui para problematizar práticas excessivamente normativas ou medicalizantes, favorecendo abordagens que consideram os aspectos subjetivos, relacionais e territoriais envolvidos na produção do sofrimento e do cuidado (Tesser, 2006; Naymayer Peres *et al*., 2025).

Nesse sentido é precisamente quando inserido no campo da extensão universitária que o plantão psicológico revela uma de suas maiores potencialidades formativas. Ao promover a integração entre universidade, serviços e comunidade, o plantão cria condições para que os estudantes participem de situações concretas de cuidado, confrontando-se com demandas que escapam às situações simuladas ou previamente organizadas nos espaços tradicionais de ensino. O contato com usuários, famílias, serviços e territórios transforma a experiência extensionista em espaço de produção de aprendizagens que dificilmente poderiam ser construídas exclusivamente em sala de aula.

Na experiência do Plantão Psicológico da UFC, a extensão não se limita à oferta de atendimentos psicológicos à população. As demandas acolhidas tornam-se matéria-prima para processos contínuos de supervisão, discussão coletiva e articulação com referenciais teóricos da Psicologia, da Saúde Coletiva e da Atenção Psicossocial. Nesse movimento, o conhecimento deixa de ser concebido como algo previamente acabado e passa a ser construído a partir do encontro entre os saberes acadêmicos e as situações concretas vivenciadas nos territórios.

É justamente essa articulação entre experiência, reflexão e produção de conhecimento que permite compreender o plantão psicológico

como dispositivo de curricularização da extensão. Diferentemente de experiências nas quais a extensão aparece dissociada do percurso formativo, o plantão integra práticas de cuidado, supervisão acadêmica, análise crítica da experiência e aproximação com as políticas públicas de saúde mental. Ao inserir estudantes em processos reais de acolhimento, escuta, encaminhamento e articulação com a rede de atenção, a experiência produz aprendizagens relacionadas ao cuidado, ao trabalho interdisciplinar, à compreensão dos territórios e à atuação no SUS.

A experiência acumulada ao longo dos anos permite sustentar que a potência formativa do plantão não decorre apenas da exposição dos estudantes aos cenários de prática, mas da possibilidade de transformar as experiências vividas em objeto de reflexão crítica. As supervisões, discussões de casos e interlocuções com os serviços possibilitam que situações inicialmente percebidas como dificuldades ou incertezas sejam ressignificadas como oportunidades de aprendizagem. Dessa forma, a extensão deixa de ocupar uma posição periférica no processo formativo e passa a constituir um eixo estruturante da produção de conhecimentos e da formação profissional.

Mais do que um cenário de prática, portanto, o Plantão Psicológico da UFC configura-se como um dispositivo que articula atenção psicossocial, formação em saúde e curricularização da extensão. Sua potência reside na capacidade de produzir encontros entre universidade, território e serviços, permitindo que estudantes participem de experiências concretas de cuidado e reflitam criticamente sobre elas. É nesse horizonte que se torna possível compreender o plantão como espaço de formação em ato, discutindo os processos de aprendizagem produzidos nessa experiência e suas contribuições para a formação de profissionais comprometidos com os princípios do SUS.

Formação em ato: aprendizagens no plantão psicológico e a formação para o SUS

A formação em saúde no contexto do SUS permanece atravessada por uma tensão entre modelos pedagógicos centrados na transmissão de conhecimentos e na padronização das práticas e a necessidade de formar profissionais capazes de atuar em cenários marcados pela complexidade, pela imprevisibilidade e pela singularidade das demandas humanas (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Franco & Merhy, 2013). Tal tensão expressa diferentes racionalidades em disputa no campo da saúde: de um

lado, uma perspectiva técnico-instrumental orientada pelo controle e pela previsibilidade; de outro, uma perspectiva que compreende o cuidado como produção relacional construída no encontro entre sujeitos (Ayres, 2004; Merhy, 2002).

Nesse contexto, a noção de formação em ato permite deslocar a compreensão da aprendizagem como mera aquisição de conteúdos para entendê-la como processo produzido no interior das práticas de cuidado. Trata-se de reconhecer que a formação não ocorre exclusivamente nos espaços formais de ensino, mas também nas situações concretas de trabalho, nas relações estabelecidas com usuários, equipes e territórios e nas decisões éticas que emergem do cotidiano dos serviços (Brasil, 2004). Essa perspectiva encontra respaldo na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que compreende o trabalho como espaço privilegiado de produção de conhecimento e transformação das práticas.

Apesar dos avanços produzidos por essa concepção, sua incorporação aos currículos ainda ocorre de forma desigual. Muitas experiências de integração ensino-serviço-comunidade permanecem restritas a inserções pontuais, nem sempre acompanhadas de processos de reflexão capazes de problematizar criticamente o vivido (Vendruscolo *et al*., 2020; Duarte *et al*., 2025). Nesse cenário, a simples presença dos estudantes em serviços de saúde não garante, por si só, aprendizagens significativas nem a construção de competências alinhadas às necessidades do SUS.

Estudos recentes apontam que experiências extensionistas articuladas aos serviços de saúde favorecem a compreensão das redes de atenção, o desenvolvimento de habilidades relacionais e uma maior aproximação com as realidades sociais dos usuários (Kawakami *et al*., 2024; Araujo & Moreno, 2025; Gomes *et al*., 2024). Ao mesmo tempo, evidenciam sentimentos de insegurança e dificuldades de elaboração diante da complexidade das situações encontradas, especialmente quando inexistem dispositivos pedagógicos capazes de sustentar a análise crítica da experiência (Passos *et al*., 2025). Esses achados reforçam que a potência formativa da prática não reside apenas na exposição ao cotidiano dos serviços, mas na possibilidade de transformar a experiência em objeto de reflexão.

É nesse horizonte que o plantão psicológico assume relevância como dispositivo de formação. Ao operar a partir da escuta imediata e do acolhimento de demandas emergentes, o plantão coloca estudantes diante de situações em que a previsibilidade é reduzida e as respostas previamente estruturadas mostram-se insuficientes. Diferentemente de contextos de aprendizagem organizados pela lógica da aplicação de técnicas, o estudante é convocado a construir intervenções

no próprio ato do encontro, sustentando a escuta e reconhecendo a singularidade de cada situação (Schmidt, 2015; Tassinari & Durange, 2019).

Na experiência do Plantão Psicológico da UFC, essa dimensão torna-se particularmente evidente. Ao longo de mais de uma década de funcionamento do projeto, estudantes de Psicologia têm entrado em contato com demandas relacionadas a sofrimento psíquico, conflitos familiares, dificuldades acadêmicas, situações de crise emocional, luto, ideação suicida, violência, uso problemático de substâncias e diferentes formas de vulnerabilidade social. A diversidade e a complexidade dessas situações frequentemente desafiam expectativas construídas ao longo da formação acadêmica, marcadas pela busca de respostas técnicas previamente definidas para os problemas apresentados pelos usuários.

A experiência acumulada na coordenação, supervisão e acompanhamento dos estudantes evidencia que um dos primeiros efeitos formativos produzidos pelo plantão psicológico refere-se ao reconhecimento dos limites do saber técnico quando confrontado com a singularidade das situações concretas. Não raramente, os estudantes relatam insegurança diante dos atendimentos iniciais, especialmente quando se deparam com situações de intenso sofrimento emocional ou com demandas que extrapolam os modelos explicativos aprendidos em sala de aula. Contudo, é justamente nesse encontro com a imprevisibilidade que se produz uma aprendizagem significativa. Progressivamente, os estudantes passam a compreender que o cuidado psicológico não se reduz à aplicação de técnicas ou protocolos, mas envolve disponibilidade para a escuta, construção de vínculo, análise contextual das demandas e corresponsabilização nos processos de cuidado.

Essa aprendizagem contribui para deslocar concepções tradicionais de formação centradas na figura do especialista detentor de respostas. Em vez disso, os estudantes são convocados a sustentar uma postura clínica marcada pela abertura ao diálogo, pela atenção às singularidades dos usuários e pelo reconhecimento dos limites e possibilidades da própria atuação profissional. O plantão psicológico, nesse sentido, produz uma formação comprometida menos com a busca de certezas e mais com a capacidade de habitar situações complexas e construir respostas possíveis em contextos de incerteza.

Outro aspecto frequentemente observado refere-se à ampliação da compreensão sobre os determinantes sociais do sofrimento. Ao acolher usuários provenientes de diferentes territórios e contextos de vida, os estudantes entram em contato com situações marcadas por desemprego, insegurança alimentar,

violência, preconceito, precarização das condições de existência, rupturas familiares e dificuldades de acesso às políticas públicas. Essa aproximação favorece a problematização de leituras individualizantes do sofrimento psíquico e contribui para uma compreensão mais ampliada das relações entre saúde, território e condições de vida, em consonância com os princípios da saúde coletiva e da atenção psicossocial.

A experiência extensionista evidencia, assim, que a formação profissional não se produz apenas pela apropriação de referenciais teóricos, mas também pelo encontro com sujeitos concretos e com as complexidades que atravessam os processos de cuidado. No cotidiano do plantão, os estudantes são confrontados com os limites das explicações universais e com a necessidade de construir, juntamente com os usuários, possibilidades de cuidado compatíveis com cada contexto. Nesse processo, a aprendizagem desloca-se da lógica da aplicação de procedimentos para a construção de uma postura ética, crítica e comprometida com a singularidade das demandas.

Destacam-se os espaços de supervisão e discussão coletiva que acompanham a prática extensionista. É por meio desses dispositivos que as experiências vividas podem ser analisadas, problematizadas e articuladas aos referenciais teóricos da saúde coletiva, da atenção psicossocial e da educação permanente. A supervisão não funciona apenas como suporte técnico, mas como espaço privilegiado de elaboração das experiências produzidas nos atendimentos.

Na trajetória do projeto, observa-se que muitas das inquietações apresentadas pelos estudantes durante as supervisões não se relacionam exclusivamente a dúvidas técnicas. Questões relativas aos limites da atuação profissional, ao manejo de situações de crise, à construção de encaminhamentos, ao sofrimento mobilizado pelo encontro com determinadas histórias de vida e à responsabilidade compartilhada no cuidado aparecem de forma recorrente. Ao transformar essas experiências em objeto de reflexão coletiva, a supervisão possibilita que o vivido seja elaborado criticamente, favorecendo a produção de conhecimento sobre o trabalho em saúde e ampliando a capacidade dos estudantes de compreender a complexidade dos processos de cuidado.

Sob essa perspectiva, o plantão psicológico contribui para a formação de profissionais mais preparados para atuar no SUS. A necessidade de acolher demandas diversas, lidar com situações de incerteza, reconhecer os limites da atuação individual e construir articulações com outros dispositivos da rede favorece o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e políticas fundamentais para

o trabalho em saúde. Mais do que um espaço de aplicação do conhecimento, o plantão constitui um território de produção de saberes e de transformação dos modos de compreender a prática profissional.

A formação para o trabalho em rede constitui outra dimensão relevante desse processo. Embora frequentemente mencionada nos documentos normativos, a atuação em rede exige mais do que o conhecimento da organização dos serviços; requer a compreensão de que o cuidado é necessariamente compartilhado e produzido por múltiplos atores. Ao funcionar como dispositivo de acolhimento, orientação e encaminhamento, o plantão psicológico possibilita que os estudantes compreendam, na prática, a importância da articulação entre diferentes pontos da RAPS (Paim *et al*., 2011; Góes *et al*., 2021).

Na experiência do Plantão Psicológico da UFC, a necessidade de encaminhar usuários para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde, serviços de assistência social, equipamentos de proteção e outros dispositivos da rede frequentemente coloca os estudantes diante do desafio de compreender o funcionamento concreto das políticas públicas. Essa aproximação favorece o reconhecimento de que o cuidado em saúde mental não pode ser sustentado por uma única profissão ou serviço, mas depende da articulação permanente entre diferentes saberes, instituições e políticas sociais.

Entretanto, é necessário reconhecer que as potencialidades formativas do plantão psicológico não se realizam de forma automática. Em contextos marcados pela insuficiência de recursos, fragilidade dos serviços e sobrecarga das equipes, existe o risco de que práticas extensionistas sejam convocadas a suprir lacunas estruturais do sistema, deslocando responsabilidades institucionais para estudantes e supervisores. Nessas situações, a experiência pode ser marcada mais pela exaustão do que pela elaboração crítica do trabalho desenvolvido.

Por essa razão, compreender o plantão psicológico como dispositivo de formação em ato implica reconhecê-lo como espaço de tensão, reflexão e produção de sentidos. Sua relevância não está na oferta de respostas prontas, mas na capacidade de colocar em análise os modos tradicionais de ensinar, aprender e cuidar. Ao expor os estudantes à imprevisibilidade do encontro clínico e às complexidades do trabalho em saúde, o plantão evidencia que a formação para o SUS exige mais do que domínio técnico: requer capacidade de escuta, implicação ética, trabalho coletivo e compromisso com a realidade dos territórios.

Assim, a formação em ato produzida no plantão psicológico contribui para a construção de profissionais mais preparados para sustentar as exigências do

cuidado em contextos complexos. Ao afirmar a centralidade da experiência, da reflexão crítica e da articulação entre universidade, serviços e comunidade, o plantão psicológico consolida-se como importante dispositivo de curricularização da extensão e como estratégia formativa alinhada aos princípios do SUS e da Educação Permanente em Saúde. Entretanto, compreender sua potência formativa exige também reconhecer os desafios, tensões e limites que atravessam essa experiência, aspecto discutido a seguir.

Potencialidades e desafios do plantão psicológico como dispositivo de curricularização da extensão

A experiência do Plantão Psicológico da UFC permite compreender que a curricularização da extensão ultrapassa a incorporação formal de atividades extensionistas aos currículos e envolve transformações mais profundas nos modos de ensinar, aprender e produzir cuidado. Ao inserir estudantes em situações concretas de acolhimento, escuta e articulação com a RAPS, o plantão produz deslocamentos que desafiam modelos formativos centrados na transmissão de conteúdos e na aplicação de técnicas previamente definidas, aproximando a formação das demandas reais presentes nos territórios e nos serviços de saúde (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Franco & Merhy, 2013; Brasil, 2018).

Uma primeira potencialidade da experiência refere-se à aproximação entre universidade, serviços e comunidade. Diferentemente de práticas acadêmicas restritas aos espaços institucionais de ensino, o plantão coloca estudantes em contato direto com situações que expressam as múltiplas formas de sofrimento presentes na contemporaneidade. Demandas relacionadas a crises emocionais, luto, conflitos familiares, sofrimento acadêmico, ideação suicida, violência e vulnerabilidades sociais passam a compor o cotidiano formativo, permitindo que os processos de aprendizagem sejam produzidos em interlocução com a realidade concreta dos usuários e dos territórios. Tal aproximação favorece a construção de uma formação comprometida com os princípios da integralidade e da equidade que orientam o SUS (Ayres, 2004; Paim *et al*., 2011; Buss & Pellegrini Filho, 2007).

Nessa direção, a experiência analisada evidencia que a potência da curricularização da extensão não reside apenas na ampliação dos cenários de prática, mas na possibilidade de transformar as situações vividas em objeto de reflexão

crítica. Como argumenta Bondía (2002), a experiência torna-se formativa quando produz deslocamentos nos modos de compreender a realidade e a si mesmos. No Plantão Psicológico da UFC, esse movimento é sustentado por dispositivos de supervisão e discussão coletiva que possibilitam aos estudantes problematizar suas intervenções, reconhecer os limites de sua atuação e construir novas formas de compreender o cuidado. A extensão deixa, assim, de ocupar um lugar periférico no currículo para assumir função estruturante na produção de aprendizagens.

Outra contribuição relevante refere-se à formação para o trabalho em rede. Embora os documentos normativos da saúde frequentemente enfatizem a importância da articulação entre serviços, a experiência do plantão permite que os estudantes compreendam concretamente a complexidade envolvida na construção dessa rede de cuidados. Encaminhamentos para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde, equipamentos da assistência social e outros dispositivos da RAPS exigem a compreensão dos fluxos institucionais, dos limites dos serviços e das possibilidades de articulação intersetorial. Nesse processo, a noção de cuidado deixa de ser compreendida como responsabilidade individual de um profissional e passa a ser reconhecida como produção coletiva que envolve diferentes saberes, práticas e instituições (Campos, 2000; Brasil, 2009; Góes *et al*., 2021).

A experiência também evidencia contribuições para a formação ética e política dos estudantes. Ao se confrontarem com situações marcadas por desigualdades sociais, fragilização de vínculos comunitários, precarização das condições de vida e dificuldades de acesso às políticas públicas, os participantes do projeto são convocados a ampliar suas compreensões acerca dos determinantes sociais do sofrimento. Tal processo favorece o deslocamento de leituras individualizantes e patologizantes dos problemas humanos e aproxima os estudantes das perspectivas defendidas pela saúde coletiva e pela atenção psicossocial (Amarante, 2007; Yasui, 2010; Dimenstein & Macedo, 2012).

Entretanto, as potencialidades observadas não eliminam as tensões que atravessam a experiência. Ao contrário, é precisamente no enfrentamento dessas tensões que parte significativa dos processos formativos se produz. A experiência acumulada na coordenação e supervisão do projeto evidencia que a inserção dos estudantes em situações concretas de cuidado frequentemente mobiliza sentimentos de insegurança, especialmente diante de demandas relacionadas a crises emocionais intensas, risco de suicídio, violência ou fragilidades das redes de suporte social. Tais situações colocam em análise modelos formativos que

frequentemente privilegiam a aquisição de conhecimentos teóricos em detrimento da construção de competências relacionais e éticas necessárias ao trabalho em saúde (Passos *et al*., 2025; Ceccim & Feuerwerker, 2004).

Nesse contexto, a insegurança não deve ser compreendida como fragilidade individual dos estudantes, mas como expressão das complexidades inerentes ao cuidado em saúde mental. As supervisões realizadas ao longo da trajetória do projeto têm demonstrado que muitos dos impasses vivenciados pelos participantes decorrem menos da ausência de conhecimento técnico e mais da dificuldade de lidar com situações que escapam aos protocolos e exigem decisões construídas no próprio encontro com os usuários. Tais experiências reforçam a necessidade de processos formativos capazes de sustentar a reflexão crítica diante da incerteza, da imprevisibilidade e dos limites constitutivos do trabalho em saúde (Merhy, 2002; Ayres, 2004).

Outra tensão importante refere-se à relação entre extensão universitária e as fragilidades estruturais das políticas públicas. Em contextos marcados pela insuficiência de recursos, pela sobrecarga dos serviços e pelas dificuldades de acesso à atenção especializada, existe o risco de que iniciativas extensionistas sejam convocadas a responder a demandas produzidas por problemas estruturais da rede de saúde. Embora o plantão psicológico amplie possibilidades de acolhimento e cuidado, sua atuação não substitui a responsabilidade do Estado na garantia de políticas públicas efetivas nem resolve as insuficiências da rede de atenção psicossocial. Reconhecer esse limite é fundamental para evitar que a extensão seja reduzida a mecanismo compensatório de lacunas institucionais (Franco & Merhy, 2013; Amarante & Nunes, 2018).

Também merece destaque a tensão entre a institucionalização da curricularização da extensão e sua efetiva potência transformadora. Como alertam Vendruscolo *et al.* (2020) e Duarte *et al.* (2025), a incorporação da extensão aos currículos não garante, por si só, mudanças nos processos formativos. Quando reduzida ao cumprimento burocrático de carga horária, a extensão corre o risco de perder sua capacidade de produzir encontros significativos entre universidade e sociedade. A experiência do Plantão Psicológico da UFC sugere que a potência da curricularização depende da existência de espaços permanentes de supervisão, reflexão e articulação entre teoria e prática, sem os quais as atividades extensionistas podem converter-se apenas em mais um componente curricular.

Sob essa perspectiva, a experiência analisada permite sustentar que o plantão psicológico constitui um dispositivo privilegiado de curricularização da extensão

justamente porque articula dimensões frequentemente tratadas de forma dissociada na formação universitária: cuidado, produção de conhecimento, compromisso social e reflexão crítica sobre a prática. Ao colocar estudantes em contato com situações reais de sofrimento e com os desafios concretos da produção do cuidado em saúde mental, o plantão produz aprendizagens que dificilmente poderiam ser alcançadas exclusivamente nos espaços tradicionais de ensino.

Mais do que uma estratégia pedagógica complementar, o Plantão Psicológico da UFC evidencia que a curricularização da extensão pode constituir um princípio organizador da formação em saúde. Sua relevância não reside apenas nos atendimentos realizados ou na ampliação do acesso ao cuidado, mas na capacidade de produzir experiências que colocam em análise os modos de ensinar, aprender e cuidar. É precisamente nessa articulação entre universidade, território, serviços e comunidade que reside sua principal contribuição para a formação de profissionais comprometidos com os princípios do SUS e com a defesa de práticas de cuidado socialmente referenciadas.

Considerações finais

Este ensaio teve como objetivo analisar o plantão psicológico como dispositivo de curricularização da extensão na formação em saúde. A partir da interlocução entre a literatura sobre formação em saúde, extensão universitária, educação permanente e atenção psicossocial e da experiência acumulada pelo Plantão Psicológico da UFC, foi possível compreender que sua contribuição ultrapassa a oferta de atendimento psicológico ou a simples inserção dos estudantes em cenários de prática. A análise desenvolvida permitiu sustentar que o plantão psicológico constitui um dispositivo de curricularização da extensão na medida em que articula cuidado, formação, supervisão, reflexão crítica e inserção territorial, promovendo a integração entre universidade, serviços e comunidade e produzindo aprendizagens diretamente vinculadas às necessidades concretas da população e aos princípios do SUS.

Os resultados da reflexão evidenciam que a potência formativa do plantão psicológico reside na possibilidade de aproximar os estudantes das complexidades presentes no cotidiano do cuidado. Ao acolher demandas diversas, lidar com situações de incerteza, construir intervenções em tempo real e articular encaminhamentos para a rede de atenção, os participantes são convocados a desenvolver competências clínicas, éticas e políticas que dificilmente seriam produzidas

exclusivamente nos espaços tradicionais de ensino. Nesse sentido, a experiência analisada demonstra que a curricularização da extensão ganha sentido quando possibilita a transformação das situações vividas em objeto de reflexão, problematização e produção de conhecimento, deslocando a formação de uma lógica centrada na transmissão de conteúdos para uma perspectiva baseada na experiência e na implicação com a realidade social.

A trajetória do Plantão Psicológico da UFC evidencia, ainda, que a curricularização da extensão pode representar muito mais do que o cumprimento formal de uma exigência normativa. Quando sustentada por processos permanentes de supervisão, acompanhamento pedagógico e articulação com as políticas públicas, a extensão universitária torna-se espaço privilegiado de formação em ato, permitindo que os estudantes construam compreensões mais amplas sobre o sofrimento humano, os determinantes sociais da saúde, o trabalho em rede e os desafios concretos da produção do cuidado. O plantão psicológico demonstra que a aprendizagem não se restringe à aplicação de conhecimentos previamente adquiridos, mas se produz no encontro com os usuários, na análise crítica das práticas e na construção compartilhada de respostas diante das demandas emergentes dos territórios e dos serviços.

Ao mesmo tempo, a experiência analisada revela que os processos de formação produzidos no âmbito da extensão são atravessados por tensões relacionadas às fragilidades das redes de atenção, às dificuldades na integração ensino-serviço-comunidade, à insuficiência de recursos nos serviços de saúde e aos limites da própria institucionalização da curricularização da extensão. Longe de reduzirem a relevância do plantão psicológico, essas tensões evidenciam sua potência como analisador das condições de produção do cuidado e da formação em saúde, tornando visíveis desafios que frequentemente permanecem naturalizados nos currículos e nas práticas assistenciais. Nesse sentido, o plantão não apenas forma profissionais, mas também produz condições para a problematização crítica das políticas, dos serviços e dos modos de organização do cuidado.

Defende-se, portanto, que o plantão psicológico constitui um potente dispositivo de curricularização da extensão por favorecer processos formativos ancorados na experiência, na reflexão crítica, na supervisão e na implicação ética com o cuidado. Sua principal contribuição não reside apenas na ampliação do acesso ao atendimento psicológico ou na diversificação dos cenários de prática, mas na capacidade de produzir deslocamentos nos modos de ensinar, aprender e cuidar,

aproximando a formação universitária das demandas concretas da sociedade e fortalecendo o compromisso social da universidade pública.

Além de contribuir para a discussão sobre extensão universitária e formação em saúde, este estudo reforça a importância de compreender a curricularização da extensão como um processo capaz de transformar os currículos e os modos de produção do conhecimento, e não apenas como uma exigência administrativa. Ao analisar uma experiência consolidada ao longo de mais de uma década de atuação, envolvendo milhares de atendimentos e a participação de aproximadamente 155 estudantes, o estudo oferece elementos para pensar a extensão como eixo estruturante da formação profissional, especialmente em contextos marcados pela complexidade das demandas sociais e pela necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Por tratar-se de um ensaio teórico-reflexivo ancorado em uma experiência específica, as análises aqui apresentadas não pretendem generalizar os efeitos observados para todas as experiências de extensão universitária ou modalidades de plantão psicológico. Contudo, os elementos discutidos apontam para a relevância de investigações futuras que aprofundem a compreensão dos impactos da curricularização da extensão na formação dos estudantes, acompanhem trajetórias de egressos envolvidos em experiências extensionistas e analisem os efeitos dessas práticas na articulação entre universidade, serviços e comunidade. Em um contexto marcado pelos desafios permanentes da consolidação do SUS e da atenção psicossocial, defender a extensão universitária como espaço de produção de conhecimento, formação e compromisso social significa reafirmar seu papel estratégico na construção de profissionais capazes de atuar de forma crítica, ética e comprometida com as necessidades da população.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067–2074, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018.

AMORIM, F. B. T.; ANDRADE, A. B.; BRANCO, P. C. C. Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. *Contextos Clínicos*, v. 8, n. 2, p. 141–152, 2015. DOI: https://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.03.

ARAUJO, A. W. de; MORENO, A. A. L. Integração ensino, pesquisa e extensão na formação profissional em saúde. *Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde*, v. 14, n. 1, e2763, 2025. DOI: https://doi.org/10.33362/ries.v14i1.2763.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 8, n. 14, p. 73–92, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100005.

BARBOSA, A. R.; MOURÃO, L. C.; ALMEIDA, A. C. V. de; LEITE, I. C. de M.; LIMA, P. M. Educação interprofissional na formação dos profissionais de saúde à luz da análise institucional: revisão de literatura. *Revista Pró-UniverSUS*, v. 14, n. 2, p. 118–124, 2023. DOI: https://doi.org/10.21727/rpu.v14i2.3618.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20–28, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=260308&filename=LegislacaoCitada%20PL%204698/2004. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Clínica ampliada e compartilhada*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada_2009.pdf. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/105102-rces007-18. Acesso em: 6 out. 2026.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 219–230, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200002.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 41–65, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004.

COSTA, P. H. A. da. A extensão (ou comunicação) em Psicologia como instrumento a um projeto de Psicologia Popular. *Participação*, v. 1, n. 40, p. 22–35, 2023. DOI: https://doi.org/10.26512/2238-6963202351233.

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. esp., p. 232–245, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017.

DUARTE, V.; MARCON, C. S. L.; MACUCH, R. da S. Como o estudante de graduação compreende a obrigatoriedade da extensão curricular. *Educação em Revista*, v. 26, e025015, 2025. DOI: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2025.v26.e025015.

FARIA, P. M. F. de; CECCATO, B. H.; SOUZA, S. J. P. de. Curricularização da extensão na área da saúde: um relato de experiência multiprofissional. *Revista Gestão & Saúde*, v. 26, n. 2, p. 636–646, 2024. DOI: https://doi.org/10.59974/1984-8153.2024.262.

FÉLIX, G. dos S.; SOUSA, A. B. A.; BARBOSA, E. V. C.; FAUSTINO, T. de O.; JESUS, A. S. de; SANTOS, L. da S. Inclusão da Psicologia na emergência em saúde: relato de experiência em Unidade de Pronto Atendimento. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 9, n. 20, e093060, 2026. DOI: https://doi.org/10.55892/jrg.v9i20.3060.

FERREIRA-NOVAES, N. M.; PENHA, R. F.; SOARES, B.; COELHO, G. V.; ALMEIDA, L. P. B. de; SILVA, R. M. da; ALENCAR, A. E. M. A. de. Educação interprofissional na curricularização da extensão universitária em um curso de Psicologia: um olhar dialógico. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 11, e19777, 2025. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-112.

FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2013.

FRUTUOSO, M. F. P.; RIZZO, T. P.; GONZALEZ, F. T.; SANTOS, C. de J.; CORRÊA, E. R. Outros modos de ensinar: a experiência de criar comunidade e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, e230159, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.230159.

GÓES, B. L. B.; PORTO, N. C.; FERNANDEZ, E. M. C. Plantão psicológico na clínica psicossocial: uma alternativa de acesso à saúde mental na saúde pública do Brasil. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-105.

GOMES, V. L.; MARTINS, B. V. A.; ARAÚJO, J. M. L.; LIMA, J. de C.; NUNES, L. C. Q.; MEDEIROS, M. H. S.; MEDEIROS, A. de O. M. O impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de estudantes: uma revisão da literatura. *Revista Coopex*, v. 15, n. 2, p. 5221–5333, 2024. DOI: https://doi.org/10.61223/coopex.v15i02.804.

KAWAKAMI, R. M. da S. A.; CARRIJO, M. L. R.; SOUZA, T. G. de; FERREIRA, P. da S.; BATISTA NOGUEIRA, P. L. Experiências da implantação do programa extensionista integrador na formação médica. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 14, n. 89, p. 13238–13247, 2024. DOI: https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i89p13238-13247.

MAHFOUD, M. *Plantão psicológico: novos horizontes*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010.

MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

NAYMAYER PERES, C.; RIBEIRO MEINE, I.; ELISA JAGER, M.; FARIA CORRÊA DA COSTA, D. As práticas psicológicas no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 11, n. 1, p. 694–718, 2025. DOI: https://doi.org/10.22289/2446-922X.V11A1A42.

OLIVEIRA, W. M.; BRAGA, T. B. M.; FARINHA, M. G. Plantão psicológico: uma revisão de literatura da última década. *Cadernos da Fucamp*, v. 29, n. 2, p. 60–85, 2024. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3507. Acesso em: 6 out. 2026.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. The Brazilian health system. *The Lancet*, v. 377, n. 9779, p. 1778–1797, 2011. DOI: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60054-8.

PASSOS, O. R.; MARINHO COSTA, F.; SALES SANTANA, M.; ARAUJO SILVA, F. A.; OLIVEIRA CALDAS, A. K. "Experiência de amor e ódio": significados da formação interdisciplinar em saúde para estudantes de Psicologia. *Psicologia Argumento*, v. 43, n. 121, 2025. DOI: https://doi.org/10.7213/psicolargum.43.121.AO07.

DOS REIS, L. C.; ALVES, C. M.; PAIVA, H. F. F. B.; ANVERSA, A. L. B.; MOREIRA, E. C.; OLIVEIRA, A. A. B. de; SOUZA, V. de F. M. de. Curricularização da extensão em cursos da área da saúde: uma revisão integrativa. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 16, e86071, 2022. DOI: https://doi.org/10.5380/jpe.v16i0.86071.

ROQUE, F. V.; SANTOS, L. C. dos; REZENDE, L. P. "O que é Clínica Ampliada?": uma análise da produção acadêmica em Psicologia. *Editora Científica Digital*, 2021. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210705382.pdf. Acesso em: 6 out. 2026.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SHOTT, M.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. G. de; JARDIM, R. Integração ensino-serviço-comunidade na formação superior: perspectivas de docentes de cursos da saúde. *Revista Profissão Docente*, v. 21, n. 46, p. 1–20, 2024. DOI: https://doi.org/10.31496/rpd.v21i46.1404.

SILVA, A. A. da; CASTRO, E. H. B. de. Na trilha do existir, a escuta que acalenta a alma: plantão psicológico, possibilidades e perspectivas. *AMAzônica*, v. 16, n. 1, 2023. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9951004. Acesso em: 6 out. 2026.

SILVA, A. C. M.; SEI, M. B. A humanização na formação acadêmica em saúde. Revista Psicologia e Saúde, v. 13, n. 3, p. 3–18, 2021. DOI: https://doi.org/10.20435/pssa.v13i3.1269.

SILVA LISBOA, M.; GONÇALVES VICENTIN, M. C.; GRAMKOW, G. Experiências extensionistas e formação: território, cuidado e resistências. *Educação em Foco*, v. 25, n. 47, 2022. DOI: https://doi.org/10.36704/eef.v25i47.7070.

SILVA, V. O. da; LAURINDO, A. de M.; SILVA, L. R. da; LOUVISON, M. C. P.; MIRANDA, A. S. de; SANTOS, L.; MAIA, L. T. de S. A graduação em saúde coletiva como estratégia política de re-existência e defesa do SUS: trajetória, expectativas e desafios para o futuro. *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 4, e240634pt, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902024240634pt.

TESSER, C. D. Medicalização social. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 10, n. 19, p. 61–76, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000100005.

VENDRUSCOLO, C.; TRINDADE, L. de L.; MAFFISSONI, A. L.; MARTINI, J. G.; SILVA FILHO, C. C. da; SANDRI, J. V. de A. Implication of the training and continuing education process for the interprofes-

sional performance. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 2, e20180359, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0359.

YASUI, S. *Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ZIROLDO, N.; CORREIA, T.; CUNHA-CORREIA, A.; FRANÇA, N.; GAETTI-JARDIM JÚNIOR, E.; NEME, C. Plantão psicológico: contribuições para a saúde pública. *Archives of Health Investigation*, v. 3, 2014. Disponível em: https://www.archhealthinvestigation.com.br/ARCHI/article/view/779. Acesso em: 6 out. 2026.

✦ VOL. 14, 2026, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces - Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces
Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

INTERFACES
PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
UFMG